



**Conselho de Administração do
Programa das Nações Unidas para o
Desenvolvimento e do Fundo das
Nações Unidas às Populações**

Distr.: Geral
5 Maio de 2004

Original: Inglês

Secção anual de 2004

De 14 a 23 de Junho de 2004, Genebra

Item 5 da agenda provisional

Programas do país e assuntos inerentes

Documento Preliminar do Programa para Angola (2005-2008)

Índice

	<i>Parágrafos</i>	<i>Páginas</i>
Introdução	1-2	2
I. Análise da situação	3-11	2
II. Cooperação passada e lições aprendidas	12-20	3
III. Programa proposto.	21-33	4
IV. Gestão, monitorização e avaliação do programa.	34-37	5
 Anexos		
Quadro dos resultados e de recursos para Angola (2005-2008)		7
...		

Introdução

1. O anterior quadro de cooperação do país (CCF) junto do PNUD, foi elaborado no período de guerra, com todas as incertezas inerentes. Tendo-se assim centrado essencialmente na ajuda humanitária e em emergência. Na sequência da assinatura do acordo de paz celebrado em Abril de 2002, a principal preocupação foi a de promover o processo de paz e de reconciliação de forma a direccionar o país na trajectória de um desenvolvimento humano sustentável, a médio e a longo prazo e, alcançar as Metas de Desenvolvimento do Milénio.

2. O documento do programa foi elaborado com base no programa do Governo de reconstrução e reabilitação pós-conflito, e na base do Relatório de 2003 sobre Metas de Desenvolvimento do Milénio/NEPAD e na sua Estratégia de Combate à Pobreza (ECP/PRSP) abrange o período de 2004 a 2007; podendo ser consultado no site <http://www.angola.org/>. O sistema das Nações Unidas acompanhou este processo com a elaboração da Avaliação Comum das Nações Unidas do País, *Angola: Os Desafios do Pós-Guerra, podem ser consultados no site* <http://www.undg.org/documents/2576-2002.pdf>, e no quadro das Nações Unidas de assistência ao desenvolvimento (UNDAF) para o período de 2005-2008. Todos os documentos estão disponíveis no site <http://www.ao.undp.org>. Três organizações da Nações Unidas sediadas em Angola – PNUD, UNICEF e UNFPA, harmonizaram os seus ciclos do programa abrangido pelo UNDAF. A elaboração do presente documento do programa envolveu a representação do PNUD sediada em Angola e os seus parceiros: o Governo de Angola, outras organizações das Nações Unidas, a comunidade doadora, as organizações da sociedade civil e unidades do sector privado.

I. Análise da Situação

Pobreza e insegurança humana

3. O relatório da Metas de Desenvolvimento do Milénio sobre Angola, revelou a profundidade da devastação do país após 27 anos de guerra. Dos 175 países mencionados no relatório de 2003 referente ao Desenvolvimento Humano Angola classificou-se em 164 lugar, com um *HDI* de 0.422. 68% da população vive abaixo da linha da pobreza. O conflito, o deslocamento das populações e

escolhas políticas inadequadas, causaram um aumento da pobreza nos últimos anos.

4. O número de pessoas deslocadas internamente (IDPs), que alcançou quatro milhões no pico da guerra, reduziu para 400.000 no início de 2004. Cerca de três milhões e meio de pessoas regressaram espontaneamente para as suas áreas de origem, infelizmente sem assistência adequada. Alguns dos 250.000 refugiados registados, regressaram de países vizinhos, enquanto que 350.000 continuam no estrangeiro.

5. Passados, dois anos da cessação das hostilidades, o acesso aos serviços básicos e os esforços envidados para reconstruir e aumentar a disponibilidade de serviços, estão limitados pela contaminação de minas terrestres. Uma preocupação aliada a este facto, é o elevado desemprego urbano, especialmente em relação as mulheres e jovens; muitos destes, não possuem escolaridade e conhecimentos adequados para desempenharem cargos no sector formal. Em 2001, as mulheres contribuíam em 70% da força de trabalho no sector formal. Muito poucas mulheres desempenham cargos públicos: dos 70 ministros e vice-ministros apenas 11 são mulheres, e não existe nenhuma mulher a desempenhar o cargo de governador ou vice-governador. As disparidades do género na taxa de analfabetismo são igualmente significantes: apenas 54 % das mulheres acima dos 15 anos de idade são alfabetizadas ao contrário de 85% de homens. A mortalidade materna e as taxas de fertilidade em Angola encontram-se entre as mais elevadas do mundo. Uma campanha de sensibilização sobre a epidemia HIV/SIDA, está a ganhar terreno na capital e em algumas áreas geográficas. Segundo a UNAIDS, a taxa de prevalência estima-se em 5.5%.

6. A pobreza em Angola contrasta completamente com os potenciais recursos do país e com as suas riquezas minerais.

Rendimento económico

7. O anterior ciclo de cooperação iniciou sobre os mais graves desequilíbrios macroeconómicos, com inflação “triple-digit”. Apesar disso, ocorreu uma paragem na desvalorização da moeda desde Setembro de 2003; Como consequência, a inflação estabilizou. Notavelmente, alcançou-se a estabilização macroeconómica sem agitação social. As taxas de crescimento positivas registadas nos últimos três anos, e o progresso na expansão das receitas base do Estado no âmbito do sector petrolífero, poderão levar a uma estabilização sustentada se o ónus dos serviços

da dívida externa forem reduzidos. O serviço da dívida externa absorve um total de 25% das receitas do governo e este facto continua a ser um constrangimento para o desejo do Governo em aumentar os recursos públicos distribuídos aos sectores sociais.

8. Para além do petróleo e dos minerais, os recursos de Angola incluem boa pluviosidade, terreno fértil, recurso aquosos, florestas, pesca costeira e interior e uma riqueza de fauna rara incluindo várias espécies. O potencial económico oferecido por esses recursos ainda não foi explorado.

Boa governação

9. Foi anunciada uma agenda abrangente que iria criar as condições consensuais para a organização das eleições gerais, que teriam lugar durante este ciclo do programa. Todos os partidos políticos, incluindo, o partido no poder, consideraram a corrupção como sendo uma questão importante que deve ser combatida. Administração continua a sofrer problemas que se estendem desde as barreiras institucionais aos recursos humanos. O peso da intervenção directa do governo na economia continua a ser uma questão de preocupação. O acesso dos cidadãos à justiça é limitado devido aos vários constrangimentos que restringem o cumprimento da regra de direito – fraca capacidade em termos de pessoal, falta de infra-estruturas jurídicas, dependência institucional e leis desactualizadas.

Transição

10. Durante a guerra, O Apelo Consolidado das Nações Unidas provou-se absolutamente efectivo no sentido de direccionar a ajuda humanitária e financiar operações de emergência. Angola encontra-se num período de transição entre emergência e desenvolvimento, período este, que o Governo está a assumir responsabilidades continuadas de coordenação e os fluxos de ajuda estão a ser redireccionados progressivamente. Entretanto, as Nações Unidas está a converter o seu papel de coordenar e providenciar ajuda humanitária para o papel de desenvolver as capacidades nacionais num quadro de desenvolvimento a longo prazo. Um sinal concreto desta evolução, será o fecho do Escritório para Coordenação de Assuntos Humanitários (OCHA) sediado em Angola até Dezembro de 2004, quando algumas das funções forem assumidas pelo Governo enquanto outras serão

mantidas sob o sistema de coordenador residente com o apoio do PNUD. Este apoio será um esforço tripartido: (a) manter uma capacidade de coordenação; (b) aplicar programas de desenvolvimento de capacidades, a nível nacional e provincial, orientados especificamente com vista à transição; e (c) garantir a coerência e evitar lacunas aos programas à medida em que situação no terreno for evoluindo.

11. Introduziu-se uma plataforma de entendimento do processo de transição no Apelo Consolidado da Inter-Agência das Nações Unidas para Angola (CAT 2004). Porém, provou-se ser mais difícil chegar a um consenso no que diz respeito ao quadro comum para apoiar as necessidades do pós-guerra em termos de reabilitação e iniciativas de desenvolvimento a médio e longo prazos, tais como: reformas políticas-chave respeitantes a transparência e responsabilidade na utilização dos recursos públicos; governação; e privatização. Como consequência, vários doadores adoptaram abordagens de transição penderes de um diálogo bem sucedido sobre cooperação externa e parcerias (ECP), o processo do documento de estratégia de redução da pobreza (PRSP) e um acordo formal com FMI, poderá abrir portas para uma conferência internacional de doadores com vista a reconstrução e reabilitação. O CCF do PNUD para Angola foi prorrogado em 2004 em conformidade com a Estratégia de transição das Nações Unidas para Angola.

II. Cooperação passada e lições aprendidas

Resultados-chave da cooperação PNUD-Angola desde 2001 até 2004

12. O PNUD ajudou o Governo na sua política de diálogo sobre o ECP/PRSP. Realizou-se um trabalho de investigação-chave incluindo: (a) 18 perfis sócio-económicos a nível provincial, (b) a primeira nova Parceria nacional/Metas do Desenvolvimento do Milénio para o relatório do progresso de Desenvolvimento de África (NEPAD), (c) a ajuda técnica para a elaboração do ECP/PRSP, (d) um estudo sobre financiamento público do sectores sociais; e (e) um estudo sobre a promoção do Sector Urbano Micro Empresarial.

13. O PNUD apoia o Governo nas áreas de reforma do serviço público civil, na descentralização e na governação

local, na reforma do sistema judicial e na administração da justiça a nível municipal.

14. O PNUD ajudou na elaboração do plano de estratégia nacional sobre HIV/SIDA, a ser agora implementado, e ajudou no estabelecimento da posterior Comissão Nacional sobre o SIDA.

15. À luz, da conferência dos 10 realizada no Rio de Janeiro, o PNUD ajudou a elaborar o plano de acção a nível ambiental e a estratégia nacional de biodiversidade.

16. Com o objectivo de melhorar a segurança humana para a recuperação do pós-conflito, O PNUD intensificou as actividades de desminagem.

17. Em colaboração com o Banco Mundial e outros parceiros de desenvolvimento, incluindo, a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) e a Organização Mundial do Trabalho (ILO), o PNUD está a implementar um projecto especial para a reintegração económica e social dos ex-combatentes e suas famílias na vida civil.

Lições aprendidas da cooperação passada

18. Embora a administração governamental seja normalmente marcada por distribuição fraca e processos lentos, os bens nacionais são a chave para a reforma política e, para implementar recomendações políticas. O PNUD tem estado a mediar o diálogo entre o governo e o seus parceiros internos e externos nos mais diversos graus de sucesso. A lição mais importante aprendida foi que: embora o diálogo entre o Governo e os seus parceiros possa por vezes dificultar o processo e a calendarização para implementar reformas políticas e programas, conforme indicado na elaboração do ECP/PRSP, é em última análise, prerrogativa especial do Governo fazer escolhas políticas e definir o ambiente institucional.

19. Desenvolver uma aliança abrangente e efectiva com os parceiros tem sido vital durante o longo período de guerra e crise humanitária. Durante o período de transição, o sistema das Nações Unidas tem sido o principal canal de coordenação e de consulta entre doadores, entre organizações não governamentais (ONGs) e a sociedade civil no que toca aos aspectos humanitários da situação. Em particular, as ONGs foram sempre os únicos meios efectivos a proporcionar acesso aos serviços vitais e ajuda humanitária as pessoas mais desfavorecidas. As parcerias abrangentes permitirão igualmente ao PNUD avançar a

suas actividades a um nível superior e desempenhar um papel catalizador.

20. Apesar da dificuldade em alterar a ajuda, de ajuda humanitária para ajuda de desenvolvimento, a natureza do programa do PNUD provou ser a abordagem correcta à situação de desenvolvimento em Angola. Ao reconhecerem o papel-chave do PNUD em situações de pós- crise e programas de recuperação, os doadores bilaterais ofereceram o apoio financeiro necessário ao actual CCF. As sinergias entre a ajuda técnica e financeira provaram serem vitais para sustentar a recuperação. O Banco Mundial, ao utilizar a sua estratégia de apoio a transição, adoptou uma abordagem programática coordenada junto do PNUD.

III. Programa proposto

A. Ligações com o CCA, o UNDAF e com o ECP/PRSP

21. No âmbito do quadro do ECP/PRSP, o programa do país **estabelece cinco** metas com respeito ao quadro de financiamento plurianual (MYFF) e oito das linhas de serviço do PNUD. Este quadro está em conformidade com as conclusões da abordagem CCA baseada nos direitos e em conformidade com os oito resultados do UNDAF, conforme indicado no anexo.

22. Aprovou-se várias áreas de prioridade identificadas no quadro da política do governo no UNDAF, e foram integradas nos programas de ajuda das organizações das Nações Unidas a título particular. Em conformidade com os acordos de coordenação acordados, o PNUD irá centrar a sua atenção nos pontos de partida onde possui um papel de liderança no seio do sistema das Nações Unidas em Angola: promover o desenvolvimento institucional e a capacidade da comunidade com vista à consolidação da paz e segurança; trabalho de desminagem; democratização; descentralização; crescimento proporcional; acesso universal aos serviços sociais básicos.

23. As actividades relacionadas com outras linhas de serviço vitais, nomeadamente, tecnologia de informação e comunicação, a capacidade da sociedade civil, têm sido introduzidas nas sete linhas de serviço seleccionadas. As preocupações referentes ao género

reflectir-se-ão em todas áreas práticas do PNUD, abordando questões relacionadas com a pobreza no seio da classe feminina e a participação política das mulheres, promovendo ao mesmo tempo a mudança cultural. O PNUD continuará com as suas actividades a nível superior referentes à introdução do género e apoiará eventos na área de desenvolvimento da plataforma de Beijing.

B. Resultados previstos

24. O resultados pretendidos encontram-se indicados no quadro de resultados e de recursos (anexo). Foram seleccionados os resultados e a produção com o objectivo de satisfazer as reclamações dos grupos alvo que o PNUD oferece ajuda: comunidades rurais; as classes desfavorecidas da zona urbanas; os jovens que vivem em zonas urbanas e rurais; as pessoas deslocadas internamente; as pessoas deficientes; micro-empresas e pequenas empresas e mulheres.

25. Nos termos do objectivo No. 1 do UNDAF: *promover o crescimento económico e desenvolvimento proporcional, os direitos humanos, a boa governação e a descentralização, O PNUD irá reforçar as instituições públicas a nível nacional e provincial no sentido de promover a melhoria da governação em termos económicos com vista à redução da pobreza e ao alcance das Metas de Desenvolvimento do Milénio.*

26. O Governo está determinado em melhorar a eficiência, a transparência e a responsabilidade na utilização dos recursos públicos e em investir nos sectores sociais paulatinamente. O PNUD apoiará na devolução dos recursos financeiros e de autoridade aos órgãos eleitos a nível sub nacional. Em troca, esta devolução irá promover a coesão social e os processos participativos que ajudarão a prevenir o reaparecimento de conflitos e a consolidar a paz.

27. A realização de eleições livres e justas é o principal resultado pretendido, que o PNUD juntamente com as Nações Unidas, doadores e ONGs irão apoiar vivamente.

28. É importante reforçar a regra de direito de forma a assegurar que os direitos dos cidadãos sejam protegidos. O PNUD irá apoiar o Governo no sentido de planificar a reforma judicial e a formação em termos de judiciais.

29. Para consolidar a segurança e o acesso à todas áreas do país, intensificar-se-ão as iniciativas continuadas em termos de desminagem e recolha de armas. O PNUD levará a cabo o programa nacional de desminagem por forma a reforçar a capacidade nacional para gerir, coordenar e priorizar todos os aspectos sobre desminagem, e para implementar as obrigações nacionais nos termos da convenção de Ottawa.

30. Nos termos do Objectivo No. 2 do UNDAF: *Contribuir para o desenvolvimento do meios de subsistência sustentáveis pela maior parte da população angolana através do aumento dos rendimentos familiares e duma segurança alimentar e ambiental sustentável; o PNUD apoia o Governo na elaboração do plano de acção nacional na área ambiental de forma a assegurar a sustentabilidade tanto da recuperação urbana como da rural, o reforço do sistema de subsistência e uma sensibilização da consciência tendo em conta seu impacto sobre o ambiente. A estratégia será implementada em colaboração da Instituição “Global Environment”.*

31. Nos termos do Objectivo No. 3 do UNDAF: *Reforçar a capacidade a nível nacional com vista ao desenvolvimento e prestação de serviços sociais e sustentar processos de capacidade social, O PNUD apoiará estratégias nacionais integrais a fim de evitar e reduzir o impacto do HIV/SIDA através da (a) implementação de planos de acção a nível provincial; (b) integração de um currículo de sensibilização no ensino formal e informal; e (c) reforço da comissão nacional sobre o HIV/SIDA.*

C. Estratégia de cooperação

32. Será necessária a assistência de especialistas nos serviços de recursos sub-regionais em relação ao Metas de Desenvolvimento do Milénio, ao HIV/SIDA, a introdução do género e a reforma do serviço civil. A adopção da abordagem conjunta de programação nos termos dos auspícios do reforço do UNDAF, a cooperação do PNUD com organizações irmanadas, incluído, instituições da Bretton Woods. Reforça igualmente o apoio do PNUD às iniciativas implementadas nos termos do sistema com coordenador residente, incluindo as actividades humanitárias e de transição.

33. A representação do PNUD irá reforçar a relação com o Banco Mundial e com o Banco Africano de Desenvolvimento nos termos do memorando de entendimento, assinado por estas instituições. O Governo e o PNUD irão envidar todos esforços no sentido de alcançar resultados mais frutíferos em parcerias com organismos de ajuda bilateral (Canadá, França, Itália, Japão, Noruega, Suécia, com o Reino Unido e com os Estados Unidos de América) que já apoiam o programa do PNUD para Angola. O mesmo aplicar-se-á aos parceiros no sector privado através da Global Compact, envolvendo companhias como a ChevronTexaco e BP. A utilização de voluntários das Nações Unidas para preencher a falta de recursos humanos irá continuar. Dar-se-á prioridade a cooperação técnica entre os países em vias de desenvolvimento

IV. Gestão, monitorização e avaliação do programa

Execução e implementação

34. Aprovou-se a execução nacional (NEX) e a abordagem do programa pelo Governo que são as modalidades de execução do programa preferidas para os programas apoiados pelo PNUD em Angola. A adopção da execução do NEX ou da ONG deve ser acompanhada por exercícios periódicos em termos de desenvolvimento e capacidade de forma a assegurar que tanto os quadros do PNUD como os parceiros nacionais se familiarizem com as regras e procedimentos. O PNUD e o Governo levarão a cabo sucessivas recomendações de auditoria a fim de aumentar a eficiência e a responsabilidade no programa de execução. Para além da modalidade NEX, o Governo e o PNUD irão aplicar outras modalidades flexíveis, tais como, execução directa pela representação do PNUD e execução por terceiros pelos organismos das Nações Unidas, pelo sector privado e ONGs.

Monitorização, apreciação e divulgação da informação

35. Será monitorizado o progresso com vista ao alcance dos resultados dentro de cada área de apoio que faça uso dos procedimentos estabelecidos pelo PNUD com base nos resultados de monitorização, avaliação apreciação. Os mecanismos de monitorização para monitorizar o programa preliminar será harmonizado com os mecanismos de monitorização e avaliação do UNDAF. Estes

procedimentos serão precedidos por processos participativos extensivos envolvendo o Governo, os doadores e a sociedade civil.

Mobilização de recursos

36. O PNUD estabelecerá as suas relações com doadores a fim de complementar os recursos principais no sentido de investir nas áreas prioritárias, tais como: desminagem, recuperação e HIV/SIDA. Para além disso, cada programa terá estratégias integradas para mobilização de recursos através de parcerias.

Estrutura da representação do País

37. A utilização da modalidade de execução directa (DEX) aumentou consideravelmente a produção do escritório de representação, possivelmente necessitará da criação de uma unidade DEX. A estrutura da representação será reforçada para fazer face aos desafios da transição, incluindo, a nível provincial, e as propriedades do programa do país a estarem em conformidade com a disponibilidade de recursos.

Anexo. Quadro de resultados e de recursos para Angola (2005-2008)

Objectivo No. 1 pretendido pelo UNDAF: Maior promoção do crescimento proporcional, dos direitos humanos, da boa governação e descentralização em conformidade com as normas internacionais, reforçando as capacidades nacionais a todos os níveis, e capacitando os cidadãos e aumentando a sua participação no processo de tomada de decisão.					
Meta do MYFF: Alcançar as Metas de Desenvolvimento do Milénio e reduzir a pobreza humana					
Linhas de serviço da componente do programa	Resultados e indicadores do programa do país	Programas e produção do país	Indicadores de produção, linhas de base e alvos	Papel dos parceiros	Recursos indicativos por metas
Reforma de política proporcional para alcançar os alvos das Metas de Desenvolvimento do Milénio Direito ao desenvolvimento e a luta contra a pobreza	Reforçar as instituições públicas a nível nacional e provincial com vista à governação económica sustentada e redução da pobreza. <i>Indicadores:</i> Partilhar os recursos públicos distribuídos às áreas de prioridade do ECP suscitadas a partir de 7% da linha de base do GDP a 14% durante o ciclo do ECP	Desenvolver coligação abrangente em torno das Metas de Desenvolvimento do Milénio envolvendo: Capacidade nacional reforçada em análises macroeconómicas e formulação de políticas sociais para o alcance das Metas de Desenvolvimento do Milénio. Melhorar a planificação de questões de sensibilidade ao género, distribuição e gestão de recursos a nível provincial e local com vista a maior responsabilidade, transparência e eficiência a fim de se alcançar as Metas de Desenvolvimento do Milénio. Promover o papel do sector privado e, em especial as micro-empresas e pequenas empresas. Aumentar as oportunidades de formação sobre questões de sensibilidade no género para os angolanos.	Apoiar unidades conjuntas de monitorização e de avaliação O NHDR ligado a situação do relatório elaborado para a conferência global a realizar-se em 2005 sobre o progresso para o alcance das Metas de Desenvolvimento do Milénio. Elaborar o segundo relatório do MDG/NEPAD Adotar grande número de novas ferramentas de gestão económicas. Apoiar a conferência de doadores Um maior número de micro-empresas e pequenas empresas a receber assistência. Volume de empréstimos micro financeiros e taxa de recuperação. Providenciar formação a um maior número de micro-empresas e pequenas empresas. Grande número e género de beneficiários relativamente a programas de formação orientados para o sector privado.	O PNUD, o Banco Mundial e os doadores bilaterais continuarão o diálogo com o Governo sobre políticas proporcionais com vista a mobilizar recursos para os programas prioritários em conformidade com as Metas de Desenvolvimento do Milénio, e irão promover as iniciativas conducentes ao sector privado para sustentar o crescimento. O PNUD irá trabalhar em conjunto com o UNICEF, com a Afristat e Paris21 para o reforço do instituto nacional de estatística, a fim de monitorizar as Metas de Desenvolvimento do Milénio.	Recursos normais: \$ 4,050,000 Outros recursos de partilha de custo do Governo: \$700,000 Partilha de custos de terceiros \$7,000,000
Metas do MYFF: promover a governação democrática					

<p>Sistemas e processos eleitorais</p> <p><i>Direito a participação</i></p>	<p>Reforçar a capacidade nacional para a organização de eleições livre e justas.</p> <p><i>Indicadores:</i> Realização de grande número de eleições livres e justas.</p>	<p>Reforçar a capacidade para organizar, monitorizar e coordenar eleições.</p> <p>Apoiar iniciativas legislativas relacionadas com as eleições.</p> <p>Programas sobre educação cívica relacionados com a promoção e implementação das eleições.</p>	<p>Adoptar constituição consensual e lei eleitoral.</p> <p>Percentagem de população com conhecimentos sobre os seus direitos de voto.</p> <p>Levar a cabo e actualizar o processo de registo eleitoral abrangendo todo o país.</p>	<p>O PNUD trabalhará juntamente com organizações bilaterais, com as Nações Unidas, ONGs, CSOs e partidos políticos com intuito de apoiar o processo eleitoral, sob a liderança do governo. O PNUD terá o papel orientador na coordenação de doadores e no desenvolvimento da capacidade institucional.</p>	<p>Recursos normais: \$ 5,240,000</p> <p>Outros recursos da partilha de custos do Governo: \$300,000</p>
<p>Descentralização, governação local e desenvolvimento urbano/rural</p> <p><i>Direito a participação</i></p>	<p>Governação eficiente, efectiva e descentralizada aumentando a participação e representação.</p> <p><i>Indicadores:</i> Grande número de províncias a implementar a lei sobre descentralização e/ou um plano de prevenção de catástrofes</p>	<p>Implementar lei sobre governos eleitos a nível sub-nacional.</p> <p>Aumentar a capacitação da comunidade e participação das mulheres nas estruturas de governação.</p> <p>Capacidade para elaborar e dar resposta a catástrofes, reforçada a nível nacional e da comunidade</p>	<p>Um maior número de governos locais a fazer parcerias com ONGs e CSOs.</p> <p>Maior número de programas multi-sectoriais implementados a nível provincial</p> <p>Grande número de organizações femininas a serem promovidas e a receberem formação.</p> <p>Percentagem de mulheres representadas nas estruturas de governação local.</p>	<p>O governo provincial a desempenhar um papel-chave. Potencial para programação conjunta do PNUD/Banco Mundial.</p> <p>O UNIFEM providenciará apoio institucional as organizações femininas.</p> <p>O Escritório do Alto Comissariado para as Nações Unidas para os Direitos Humanos (UNHCR) e o Escritório das do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados trabalharão em conjunto para reforçar as organizações femininas de refugiados e regressados. O Ministério da Educação, o Ministério da Defesa, o Ministério do Interior, e a Polícia implementarão os planos nacionais para o desarmamento e preparação de emergências.</p>	<p>Partilha de custos de terceiros: \$3,000,000</p> <p>Fundos temáticos e fiduciários: \$906,000</p>

<p>Reforma da administração pública e anti-corrupção</p> <p>Direito à protecção</p>	<p>Melhorar a eficiência, da responsabilidade na administração pública e nos serviços civis; reforçar a regra de direito e a melhorar a protecção dos direitos dos cidadãos e acesso à justiça.</p> <p><i>Indicadores:</i> Passar em revista maior número de irregularidades financeiras pelo tribunal de contas. Grande número de irregularidades reportadas pelo FMI e outras instituições internacionais. Maior número de juízes formados por cada 1000 angolanos.</p>	<p>Reforçar a capacidade das instituições governamentais responsáveis por impor e controlar a responsabilidade e transparência no sector público.</p> <p>Criar sistemas fiáveis e actualizados de informação para apoiar a capacidade de coordenação e planificação a nível nacional.</p> <p>Plano de acção do Governo elaborado e implementado progressivamente.</p> <p>Implementar de forma eficiente e justa programas de desenvolvimento da capacidade de administração da justiça.</p> <p>Reforçar o registo civil.</p>	<p>Tribunal de contas a funcionar em pleno.</p> <p>Plataforma de ICT estabelecida em toda administração pública.</p> <p>Cumprimento do funcionamento da reforma do aprovisionamento público.</p> <p>Quadro para as parcerias públicas e privadas estabelecido e operacional.</p> <p>Preparar os quadros de reforma da justiça.</p> <p>Tribunais de contas a nível municipal estabelecidos.</p> <p>Formar grande número de juízes e quadros técnicos do sistema judicial.</p> <p>Percentagem de população registada e capaz de obter certidões de nascimento.</p>	<p>Parceiros nacionais, incluindo, instituições responsáveis por impor responsabilidade e transparência no sector público: ministério da administração pública, emprego e segurança social, instituto nacional de administração pública, Tribunal de Cntas, Ministério da justiça, Ministério da Assistência social com vista a gestão e planificação da informação a grupos vulneráveis. O UNHCR contribuirá melhorando o sistema de registo e actualizando os dados demográficos relativamente as pessoas refugiadas e que procuram asilo político. O PNUD proporcionará informação relativamente a redução da intervenção directa do estado na economia e no despojamento.</p>	
Metas do MYFF: Prevenção e recuperação da <i>crise</i>					
<p>Redução de armas de pequeno porte, desarmamento e desmobilização</p> <p>Direito a segurança pessoal e integridade física</p>	<p>Segurança e o acesso consolidados.</p> <p><i>Indicador:</i> Frequência de incidentes violentos envolvendo armas de pequeno porte e armas ligeiras reportadas nos períodos de pós-conflito e período pré-eleitoral.</p>	<p>Reforço da capacidade nacional de forma a definir e a implementar o plana nacional com vista ao desarmamento.</p> <p>Aumento da capacidade dos líderes de comunidades para prevenção e resolução de conflitos.</p>	<p>Recolha de grande número de armas de pequeno porte e armas ligeiras.</p> <p>Um maior número de chefes de famílias e líderes de comunidades relativamente aos direitos e legislação sobre o uso de porte armas.</p> <p>Grande número de militares desmobilizados e ex-combatantes recebendo formação vocacionada e a ser aplicada.</p>	<p><i>O Ministério da educação, o Ministério da Defesa, Ministério do Interior e a Polícia: encarregues pela implementação do plano nacional para o desarmamento; e preparação de trabalhos de emergência.</i></p> <p>ONGs internacionais, CSOs, ONGs nacionais: aumento das operações de desminagem; campanhas desarmamento; armas para o programa de desenvolvimento; desenvolvimento das actividades económicas.</p>	<p>Recursos normais: \$2,244,000</p> <p>Outros recursos de partilha de custos de terceiros: \$8,000,000</p> <p>Fundos temáticos e fiduciários:</p>

<p>Redução de armas de pequeno porte, desarmamento e desmobilização</p> <p><i>Direito a segurança pessoal e integridade física</i></p>	<p>Segurança e o acesso consolidados.</p> <p><i>Indicador:</i> Frequência de incidentes violentos envolvendo armas de pequeno porte e armas ligeiras reportadas nos períodos de pós-conflito e período pré-eleitoral.</p>	<p>Reforço da capacidade nacional de forma a definir e a implementar o plana nacional com vista ao desarmamento.</p> <p>Aumento da capacidade dos líderes de comunidades para prevenção e resolução de conflitos.</p>	<p>Recolha de grande número de armas de pequeno porte e armas ligeiras.</p> <p>Um maior número de chefes de famílias e líderes de comunidades relativamente aos direitos e legislação sobre o uso de porte armas.</p> <p>Grande número de militares desmobilizados e ex-combatantes recebendo formação vocacionada e a ser aplicada.</p>	<p><i>O Ministério da educação, o Ministério da Defesa, Ministério do Interior e a Polícia: encarregues pela implementação do plano nacional para o desarmamento; e preparação de trabalhos de emergência.</i></p> <p>ONGs internacionais, CSOs, ONGs nacionais: aumento das operações de desminagem; campanhas desarmamento; armas para o programa de desenvolvimento; desenvolvimento das actividades económicas.</p>	<p>Recursos normais: \$2,244,000</p> <p>Outros recursos de partilha de custos de terceiros: \$8,000,000</p> <p>Fundos temáticos e fiduciários: \$755,000</p>
<p>Operações de desminagem</p> <p><i>Direito a segurança pessoal e a integridade física</i></p>	<p>Segurança e o acesso consolidados.</p> <p><i>Indicador:</i> Frequência da imência de acidentes relacionados com minas terrestres.</p>	<p>Reforço da capacidade para gerir, coordenar e priorizar todos os aspectos sobre as operações de desminagem (assistência as vítimas, formação sobre risco de minas, desminagem), e implementar as obrigações nacionais em conformidade com a convenção de Ottawa.</p> <p>Aumento das operações desminagem e destruição de stocks armazenados</p>	<p>Um maior número de províncias com sistemas de informação e coordenação estabelecidos e quadros técnicos formados.</p> <p>Quilómetros quadrados de terreno desminado; quilómetros de vias desminadas e área de acesso prioritário.</p> <p>Um maior número de armas acumuladas em stock e vestígios de explosivos de guerra.</p>	<p><i>O PNUD é responsável pela coordenação, pela mobilização de recursos, e pela gestão do fundo de resposta as operações de desminagem.</i></p> <p>O UNICEF é responsável pela formação do risco de minas. A OMS é responsável pela assistência as vítimas de minas terrestres; O PAM, a FAO, o UNHCR, várias ONGs: a dar apoio as operações de desminagem. Instituições do governo: Coordenação, planificação; destruição da acumulação de stock; operações de desminagem.</p>	<p>\$755,000</p>
<p>Objectivo No. 2 Pretendido pelo UNDAF: Contribuir para o desenvolvimento dos meios de subsistência sustentáveis para a maior parte da população, através do aumento dos rendimentos familiares e de segurança alimentar e ambiental sustentáveis.</p>					
<p>Metas do MYFF: Preservação e protecção do ambiente</p>					
<p>Quadros e estratégias para o desenvolvimento sustentável</p> <p><i>Direito ao desenvolvimento</i></p>	<p>Implementar progressivamente o plano de acção ambiental nacional, estratégia de biodiversidade nacional e plano de acção.</p>	<p>Integrar a protecção ambiental nos programas de desenvolvimento comunitários, nas zonas urbanas e rurais.</p>	<p>Promoção de iniciativas para preservação regional e transfronteiriços.</p> <p>Adoptar projectos-piloto para promover o uso sustentável de recursos naturais e de actividades que gerem rendimentos.</p>	<p>O PNUD reforçará a sua colaboração com o GEF e com o SURF para a concepção/ e ou financiamento de projectos ambientais e programas.</p>	<p>Recurso normais: \$330,000</p> <p>Outros recursos de partilha de custos de</p>

<p>Quadros e estratégias para o desenvolvimento sustentável</p> <p><i>Direito ao desenvolvimento e luta contra a pobreza</i></p>	<p>Implementar progressivamente o plano de acção ambiental nacional, estratégia de biodiversidade nacional e plano de acção.</p>	<p>Integrar a protecção ambiental nos programas de desenvolvimento comunitários, nas zonas urbanas e rurais.</p>	<p>Promoção de iniciativas para preservação regional e transfronteiriços.</p> <p>Adoptar projectos-piloto para promover o uso sustentável de recursos naturais e de actividades que gerem rendimentos.</p>	<p>O PNUD reforçará a sua colaboração com o GEF e com o SURF para a concepção/ e ou financiamento de projectos ambientais e programas.</p>	<p>Recurso normais: \$330,000</p> <p>Outros recursos de partilha de custos de terceiros: \$3,000,000</p> <p>GEF: \$339,000</p>
<p>Objectivo No. 3 pretendido pelo UNDAF: Reforçar a capacidade nacional para ao desenvolvimento e prestação de serviços, e sustentar os processos de capacitação <i>social com vista a:</i> (a) <i>reduzir a mortalidade entre crianças com idade inferior a cinco anos e mulheres, reduzir a morbilidade afectada pelas doenças com maior prevalência;</i> (b) <i>contribuir para o acesso universal ao ensino primário de qualidade às crianças;</i> e, (c) <i>controlar a propagação do HIV/SIDA.</i></p>					
<p>Metas do MYFF: Resposta ao HIV/SIDA</p>					
<p>Liderança e desenvolvimento da capacidade para abordar questões sobre HIV/SIDA</p> <p><i>Direito a sobrevivência e a uma vida longa e saudável</i></p>	<p>Desenvolver a capacidade institucional no seio do Governo, da sociedade civil e sector privado, a fim de planificar e implementar estratégias multi-sectoriais que limitem a propagação do HIV/SIDA/AIDS e reduzam o seu impacto económico e social.</p> <p><i>Indicadores:</i></p> <p>Implementação efectiva do plano estratégico nacional sobre HIV/SIDA em 18 províncias.</p>	<p>Elaboração e implementação de planos estratégicos nacionais multi-sectoriais sobre o SIDA e sensíveis ao género, bem como planos de acção a nível provincial, com a participação activa da sociedade civil e da comunidade.</p>	<p>Planos de acção a nível provincial sobre HIV/SIDA implementados de forma efectiva.</p> <p>Programas sobre HIV/SIDA inseridos nos currículos escolares e implementados de forma participativa nas comunidades.</p> <p>Aprovada legislação sobre HIV/SIDA.</p> <p>Reforçada a Comissão Nacional Sobre o SIDA</p>	<p>O Governo tem demonstrado empenho na luta contra o HIV/SIDA (o Presidente é que preside a Comissão Nacional sobre o SIDA).</p> <p>Envolvimento de todos os ministros, do sector privado e da sociedade civil no trabalho multi-sectorial. Apoio dado pela UNAIDS, pelo Banco Mundial, pela Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional e outros aspectos bilaterais.</p>	<p>Recursos normais: \$1,400,000</p> <p>Outros recursos: Partilha de custos de terceiros \$1,500,000</p>